

Estranhas no ninho

Categories : [CBUC 2009](#)

Chegando na carona do vento ou de visitantes, por migração ou como herança de atividades econômicas, animais e plantas estranhas à natureza local ou nacional engrossam a soma de problemas de praticamente todas as áreas protegidas no país. Erradicar esses incômodos alienígenas nem sempre é barato, mas é fundamental para proteger a diversidade biológica.

Cerca de sete mil (15%) dos 46 mil hectares de parques estaduais e demais [unidades de conservação no Espírito Santo \(veja aqui\)](#) enfrentam problemas com a presença de plantas como piteira, braquiária, sapé, eucalipto, uva-do-japão, capim-gordura e jamelão. Ao todo, quinze espécies invasoras ocupam espaços que não lhe pertencem em todas as dezesseis áreas protegidas do estado.

“Dentro de unidades de conservação, animais e plantas invasoras são as maiores responsáveis pela extinção de espécies nativas”, disse João Batista Campos, do Instituto Ambiental do Paraná. Naquele estado, foram removidos 530 mil pinus e 22 mil outras árvores dos três mil hectares do Parque Estadual de Vila Velha, em duros setenta dias de trabalho.

Em quatro parques e uma área de proteção ambiental no Espírito Santo, governo e parceiros vem tentando restaurar menos de cem hectares. Até agora, foram investidos 2,5 milhões de reais da Vale na empreitada, ou aproximadamente 25 mil reais por hectare. Em outra experiência, no litorâneo parque estadual de Itaúnas, próximo a São Conceição da Barra, foram investidos por volta de 70 mil reais para “limpar” 35 hectares, ou dois mil reais por hectare.

A profunda diferença de valores se deve, conforme Maria Otávia Crepaldi, coordenadora da Comissão de Recuperação de Ecossistemas do Ima, ao modelo de contratação de mão-de-obra e técnicas usadas para acabar com a vegetação invasora. No primeiro caso, foram feitas contratações formais de trabalhadores e, em Itaúnas, voluntários e parceiros locais vestiram a camiseta para ajudar a melhorar a situação das unidades de conservação. Na região, cachorros e gatos foram castrados, para reduzir os problemas aos animais nativos.

Investimento contra as invasoras

Outros 600 mil reais serão aplicados nas chamadas unidades de conservação de proteção integral, como parques estaduais e reservas biológicas, também para dar fim a plantas que não

deveriam estar ali. “A legislação federal estabelece que espécies exóticas não devem ficar em unidades de conservação, mas o motivo para sua remoção não é o impacto que eles causam à diversidade natural, expulsando espécies nativas”, disse Sílvia Ziller (confira entrevista em áudio, abaixo), diretora do [Instituto Hórus](#).

Eliminar espécies invasoras pede sempre intervenções diretas nas áreas protegidas. Algumas deixam cicatrizes pela remoção drástica de árvores, escavações, roçados e outras técnicas como cobrir áreas com lona para “sufocar” resistentes gramíneas e até usar venenos para evitar rebrota de algumas espécies. O governo do Paraná espera autorização federal para aplicar químicos em unidades de conservação, como o Parque Estadual do Cerrado, lotado de braquiárias. “Não há manejo sem impactos, mas só assim se conseguirá melhorar a qualidade ambiental das unidades de conservação”, ressalta Crepaldi, do Iema.

Mas nem sempre há apoio popular para esse trabalho, quase sempre por desconhecimento sobre sua importância. Em áreas protegidas capixabas, ambientalistas se acorrentaram em castanheiras exóticas para evitar sua remoção, enquanto comunidades não podem nem ouvir falar em dar fim ao dendê, porque usam seu óleo e sua madeira.

Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo e outros poucos estados e cidades vêm elaborando planos de erradicação e listas de espécies invasoras. Mas o Brasil ainda não tem uma lista nacional que aponte os animais e plantas mais problemáticos e falta ordenamento para atividades produtivas que aproveitam espécies exóticas.

“Temos leis básicas, mas sem dúvida falta ordenamento para o uso de espécies exóticas com importância econômica ou ornamental. Uma lista nacional seria referência para que certas espécies não fossem usadas, até na restauração de áreas degradadas”, comentou Sílvia Ziller.

Ouçá entrevista com Sílvia Ziller, do Instituto Hórus, sobre os motivos e técnicas para erradicação de espécies invasoras, aponta os ambientes aquáticos como mais ameaçados no Brasil, conta que atividades econômicas são principal fonte de problemas.

[Leia cobertura completa do CBUC 2009 em http://www.oeco.com.br/cbuc-2009](http://www.oeco.com.br/cbuc-2009) ou no [Twitter](#)